

Coração livra empresário de depor

O empresário Onofre Vaz, da Servaz, não será mais ouvido pela CPI do Orçamento. Ontem, Passarinho recebeu um telefonema do advogado do empresário e cópia de um laudo médico atestando que desde o dia 4 de dezembro ele estava em observação pré-operatória. "O advogado dele disse que ele estaria se submetendo a uma cardiopatia grave hoje (ontem) em São Paulo", informou Passarinho. Com o período de recuperação da cirurgia deverá ultrapassar o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão, seu depoimento está descartado.

O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) decidiu encomendar um parecer jurídico, se até a próxima semana a CPI não

decidir o tratamento que será dado ao caso dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Flávio Derzi (PP-DF). Os fatos até agora apurados não implicam os dois diretamente no escândalo de corrupção do Orçamento, mas eles podem ter faltado com o decoro parlamentar em virtude de operações bancárias. Magalhães disse que a Constituição só permite que deputados operem com bancos oficiais desde que celebrem contratos com cláusulas padronizadas para todos os clientes e dentro das normas previstas pelos bancos.

Ambos retiraram financiamento em bancos públicos, prevalecendo-se da condição de parlamentares, rolaram esses débitos por mais de três anos e ainda não

privilegiaram o pagamento. Fiúza recebeu um financiamento da CEF de 1,5 milhão de dólares para uma de suas empresas, a Companhia Agro-industrial Jaconã, em 8 de maio de 1991. Este empréstimo, segundo auditoria da CEF concluída em 13 de setembro deste ano, foi concedido de forma irregular e graças à intervenção do presidente da Caixa Alvaro Mendonça. Derzi recebeu um financiamento de CR\$ 60 milhões, em 24 de outubro de 1990, para pagar em 15 dias, e não o quitou até hoje, sendo que o débito em 2 de setembro do ano passado era de CR\$ 639 milhões. A comissão requereu informações ao Banco do Brasil para saber se esta operação é regular ou se foi feita de forma a privilegiar o beneficiário.